


ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA. UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAXIAS/MA

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.037-078>

Ney Jefferson Pereira Teixeira

Mestre em Zootecnia Tropical
Universidade Federal Do Piauí – UFPI
Teresina – PI, Brasil
E-mail: neyjefferson.teixeira@gmail.com

Laerte Fedrigo

Mestre em Economia Política
Itu – SP, Brasil
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Faculdade de Tecnologia Dom Amaury
Castanho.
E-mail: laertefedrigo.lf@gmail.com

RESUMO

O presente estudo pretende contribuir para a produção de conhecimento acerca do PATER no PBSM a partir do relato da experiência do Município de Caxias/MA. No primeiro capítulo são analisados o processo de expansão da Extensão Rural no Brasil, as principais mudanças institucionais que ocorreram ao longo das últimas quatro décadas, o processo de mobilização social que possibilitou a formulação de uma nova proposta para a Extensão Rural, bem como as bases conceituais que sustentam a nova PNATER para os agricultores familiares a partir da implantação do PBSM e do PFAPR. No segundo capítulo são abordadas as características socioeconômicas das famílias beneficiadas, as diretrizes e os objetivos da implantação e execução do PATER, as estruturas de coordenação, execução e participação social e as atividades realizadas no período proposto. No terceiro capítulo são avaliados os resultados do referido Programa, segundo o olhar dos técnicos da entidade executora e das famílias beneficiadas no Município de Caxias/MA. O PATER, associado a um conjunto de políticas públicas, por ele conectado, tem potência para conduzir as famílias à redução de significativas dimensões da pobreza com superação de indicadores de privações como ficou evidenciado. Ao se delinearem limites visíveis desta política pública para conduzir as famílias envolvidas à superação das condições geradoras da pobreza extrema, há que se considerarem seus feitos em apenas dois anos e meio de execução e seu potencial de qualificação ante a demanda de continuidade e aprofundamento.

Palavras-chave: Assistência Técnica. Extensão Rural. Inclusão Produtiva. Desenvolvimento. Município de Caxias/MA.



1 INTRODUÇÃO

A primeira década do século XXI testemunhou avanços significativos na redução da pobreza e da extrema pobreza no Brasil, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). No entanto, a persistente desigualdade, especialmente no meio rural, mantém o país entre os mais desiguais do mundo, com milhões de pessoas ainda imersas na pobreza. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas sociais que transcendem o mero assistencialismo, demandando reformas estruturais mais profundas para combater as raízes da pobreza.

Diante desse cenário, o Governo Federal lançou em 2011 o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com o objetivo de consolidar os avanços na luta contra a pobreza e a extrema pobreza. O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (PFAPR), voltado para agricultores familiares em situação de extrema pobreza, e o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PATER) emergiram como instrumentos cruciais do PBSM. O PATER, em particular, propõe-se a oferecer assistência técnica e recursos financeiros não reembolsáveis para fomentar a segurança alimentar, a inclusão produtiva e o fortalecimento da autonomia e cidadania dos beneficiários.

Compreender a concepção, o potencial e os limites dessa política pública é fundamental, considerando o contexto histórico da pobreza no Brasil e a complexidade do sistema de proteção social brasileiro. A pobreza não se configura como um evento fortuito, mas sim como um elemento intrínseco à história do país, demandando abordagens que vão além do assistencialismo. O PATER, inserido nesse contexto, suscita questionamentos sobre sua efetividade na superação da extrema pobreza rural, ou se sua atuação se limita à mitigação dessa condição.

O presente estudo utilizou elementos gerados pela execução do PATER no TCC/MA. O aprofundamento do estudo foi realizado no Município de Caxias/MA. Além da vivência do pesquisador na região, esse Município foi escolhido por ter a maior proporção de famílias em situação de extrema pobreza no meio rural do TCC/MA. A avaliação do legado do Programa se deu pela consulta e análise de dados secundários e informações diversas recolhidas e disponibilizadas pela entidade executora e dados primários colhidos por meio de formulário dirigido a 39 famílias beneficiárias e à equipe executora do PATER. A partir da análise de dados secundários, informações da entidade executora e dados primários coletados por meio de questionários e entrevistas com beneficiários e extensionistas rurais, busca-se responder ao seguinte questionamento: o PATER, enquanto política pública complementar ao Programa Bolsa Família (PBF), possui o potencial de conduzir as famílias à superação da extrema pobreza rural, ou se limita a uma importante, porém insuficiente, política de mitigação?

A investigação, conduzida sob uma abordagem interpretativa de análise de políticas públicas, visa a compreender a percepção dos extensionistas rurais e das famílias beneficiárias acerca do

programa, bem como os resultados alcançados. Através da análise das informações coletadas e sua confrontação com o referencial teórico, busca-se contribuir para a produção de conhecimento sobre o PATER e suas implicações para o desenvolvimento rural inclusivo. Os resultados deste estudo poderão subsidiar futuras ações e políticas públicas voltadas para a superação da extrema pobreza no meio rural, além de fomentar o debate sobre o papel da extensão rural nesse processo.

2 METODOLOGIA

Utilizou-se de dados primários, colhidos por meio de formulário dirigido a 39 famílias beneficiárias e à equipe executora do PATER, e secundários, gerados e disponibilizados pela GRAPAS, bem como informações diversas recolhidas de oficinas, seminário de avaliação, relatórios e documentos publicados. Tais dados são sistematizados, analisados e cotejados com o referencial teórico e com outras reflexões realizadas com foco nas ações de enfrentamento à questão da pobreza rural.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS SOBRE O PATER

A primeira questão trabalhada refere-se à motivação e o conhecimento que a equipe e a entidade executora tinham no início e ao final do PATER. Conforme pode ser verificado na *Tabela 1*, a motivação delas alterou-se positivamente, passando de 76,2% para 92,5%. Ao se avaliar o conhecimento da realidade das famílias em situação de extrema pobreza e a relação da própria entidade executora, percebe-se que inicialmente havia baixa relação da entidade executora com as famílias e que o nível de conhecimento dos profissionais sobre esta realidade era baixo. Se inicialmente apenas 22,4% dos profissionais tinham alto conhecimento desta realidade, ao final tal conhecimento alcançou 98,5% dos profissionais. Este fato, possivelmente tem relação com a capacitação desenvolvida pelo MDA e pelo MDS, em parceria com a GRAPAS.

Tabela 1 - Motivação e conhecimento da realidade pelos profissionais envolvidos, no início e no final do PATER

Escala	Motivação Profissional (%)		Relação inicial da executora com as famílias (%)	Conhecimento da realidade (%)	
	Início execução	Final Execução		Início execução	Final Execução
Baixa	3,0	4,5	59,1	61,2	0,0
Regular	20,9	3,0	21,2	16,4	1,5
Alta	76,2	92,5	19,7	22,4	98,5

Fonte: Do autor (2017).



Ao analisar a percepção manifesta pela equipe executora sobre o alcance do PATER quanto à produção de alimentos, 98,5% dos profissionais evidenciaram como altos os resultados alcançados em termos de segurança alimentar das famílias envolvidas, conforme pode ser visto na *Tabela 2*. Em termos de geração de renda, o alcance do Programa foi mais restrito¹ para 44,8% dos profissionais, o impacto dos projetos desenvolvidos sobre a renda foi considerado baixo ou regular enquanto que para 55,2% dos profissionais foi considerado alto. Compreende-se como natural esta leitura, dado a limitação de recursos do Programa enquanto potência para estruturar atividades produtivas agrícolas ou não agrícolas que possam impactar de imediato a geração de renda de famílias que muitas vezes apresentam situações de isolamento ou de escassez de terra. Há que se considerar no recorte de tempo de dois anos e meio analisados, que a dinâmica operacional do PATER permitiu que a implantação dos projetos produtivos ocorresse apenas a partir do início do segundo ano.

Praticamente todos os técnicos indicaram que ocorreu impacto positivo do PATER sobre a cidadania das famílias envolvidas. Inseriu-se também um questionamento sobre o nível de empoderamento² destas famílias junto às suas comunidades, lideranças, espaços institucionais e representativos e aos próprios agentes de ATER. Como mostram os dados da *Tabela 9*, para 56,7% dos respondentes, o empoderamento das famílias foi considerado inicialmente baixo. Por sua vez, o empoderamento que fora considerado alto inicialmente para apenas 13,4% dos respondentes passou para 83,6% ao final dos dois anos e meio de execução do Programa³.

¹ Trata-se de uma percepção indireta, ou seja, como melhorou a produção de alimentos, o dinheiro antes gasto com a compra desses bens passou a ser utilizado na compra de outras coisas.

² Na perspectiva freireana, o empoderamento, fundado numa percepção crítica sobre a realidade social, é fundamental, mas tal aprendizagem precisa ter relação com a transformação mais ampla da sociedade. Nessa perspectiva, o empoderamento pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (BAQUERO, 2012).

³ Numa leitura da extensão rural, enquanto processo educativo de caráter não formal continuado, seria interessante quantificar, o quanto a contribuição metodológica e pedagógica enunciada pela entidade executora e seus profissionais através por meio de sua missão, foi determinante para que esta percepção se materialize. Entretanto, dado o propósito e limites do presente estudo, a efetiva politização dos indivíduos e grupos em termos de cidadania proposta por Souza (2009), “que possam superar o habitus precário”, será tomada apenas através por intermédio desta leitura indireta e, portanto, parcial sob algum risco de superestimar avanços neste nível, destacando-se que tal alcance tem potencial de gerar no tempo, mudanças efetivas e mais profundas da realidade socialmente construída.

Tabela 2 - Percepção da equipe executora local sobre o alcance do PATER quanto à geração de renda, segurança alimentar, cidadania e empoderamento das famílias

Escala	Alcance do PATER (%)			Empoderamento das famílias (%)	
	Geração de Renda	Segurança alimentar	Cidadania	Início Execução	Final Execução
Baixa	7,5	0,0	0,0	56,7	3,0
Regular	37,3	1,5	3,0	29,9	13,4
Alta	55,2	98,5	97,0	13,4	83,6

Fonte: Do autor (2017).

Os dados da *Tabela 3* permitem avaliar a percepção dos executores sobre a capacidade de os projetos produtivos elaborados fortalecerem as estratégias de reprodução das famílias envolvidas e seu provável impacto sobre as relações de gênero. Nesta perspectiva, para 82,8 % dos respondentes os projetos produtivos apresentaram-se com alta capacidade de fortalecer as estratégias de reprodução social e econômica das famílias envolvidas e, 75,8% consideram que os projetos elaborados e executados pelas famílias terão continuidade, reproduzindo-se no tempo. Esta percepção dialoga com a preocupação manifesta por Rahnema (2003), que, ao estudar a produção da pobreza e da miséria gerada pelo próprio sistema econômico em comparação à pobreza própria das sociedades de vida simples, que se organizam para fazer frente às suas necessidades pondera que muitos programas concebidos para dar conta desta realidade constituem-se em mero exercício de poder e mitigação, contribuindo muitas vezes para roubar instrumentos pacientemente forjados para atender suas necessidades, como a capacidade de autodefesa e organização, que lhes permitiram resistir às adversidades.

Tabela 3 - Percepção da equipe executora local sobre o perfil do projeto produtivo, sua capacidade de continuar e sobre a importância de ter sido elaborado em nome das mulheres

Escala	Capacidade do Projeto		Projeto em nome da mulher qualificou	
	Fortalecer estratégias (%)	Continuar (%)	Relações de gênero (%)	Execução (%)
Baixa	3,1	4,5	6,0	1,5
Regular	14,1	19,7	3,0	9,1
Alta	82,8	75,8	90,9	89,4

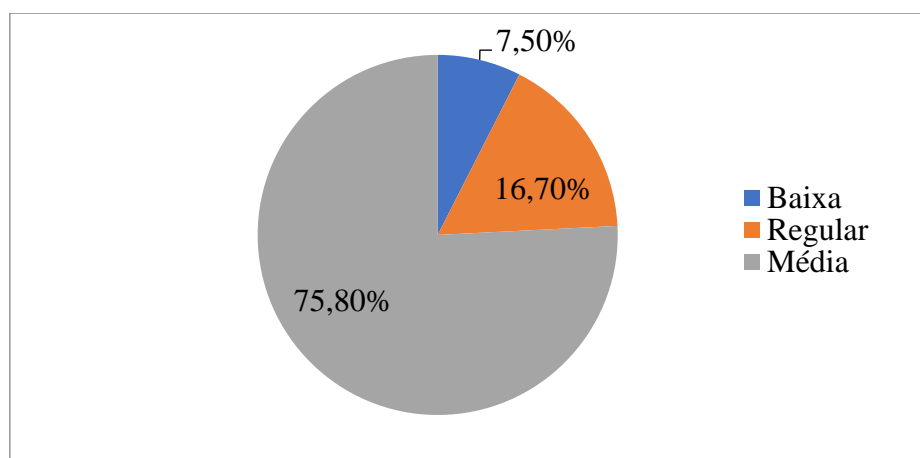
Fonte: Do autor (2017).

Quanto à importância da elaboração do projeto e a liberação dos recursos terem sido realizados em sua grande maioria em nome da mulher, titular do BF, os dados da *Tabela 3* indicam que para 90,9% dos respondentes há percepção alta de que tal diretriz fortalece a mulher nas relações de gênero no

ambiente rural⁴, ao passo que para 89,4%, tal encaminhamento qualificou a execução do projeto produtivo. Esta leitura do fortalecimento feminino na relação de gênero estabelecida no âmbito da UPF com o propósito de viabilizar a implementação do projeto produtivo e na comunidade por meio da participação em eventos e gestão dos recursos recebidos está de acordo com o que Rego e Pinsani (2013) identificaram ao analisar os impactos de uma década dos programas de transferência de renda que tem como centralidade a mulher; ou seja, que ocorreu redução da submissão das mulheres, ampliação da autonomia e mais liberdade e independência ligada às possibilidades de escolha, dada pela gestão dos recursos financeiros.

Ao questionamento sobre em que nível os perfis dos projetos elaborados indicam a incorporação dos princípios da agroecologia, entendida esta enquanto ciência que orienta a adoção de práticas de base ecológica, 75,8% dos respondentes consideraram alta tal percepção, conforme observa-se no *Gráfico 1*. Tal constatação dialoga com dados iniciais do diagnóstico elaborado, em que são apresentadas as principais estratégias de autonomia adotadas pelas famílias em situação de extrema pobreza rural em Caxias/MA, em termos de manutenção de biodiversidade de espécies vegetais e animais sob seu domínio.

Gráfico 1 - Percepção da equipe executora local sobre perfil dos projetos produtivos ao se considerar os princípios da agroecologia



Fonte: Do autor (2017).

Em termos gerais, percebe-se uma leitura otimista dos resultados do PATER, dado pelos profissionais envolvidos com sua execução. Essa dedicação associada ao acompanhamento cotidiano permitiu a tais profissionais perceberem avanços que não obrigatoriamente serão iguais àqueles percebidos pelas famílias envolvidas. Tais percepções nos informam que a motivação dos profissionais envolvidos foi crescente, que igualmente houve um grande aprendizado institucional sobre o fenômeno

⁴ Gênero aqui compreendido na perspectiva proposta por autoras como Louro (1997) e Braga (2007). Para estas autoras a diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que é ser homem ou ser mulher. O sexo é atribuído ao biológico enquanto gênero é uma construção social e histórica. A noção de gênero aponta para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino. O gênero é o primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado, portanto as diferenças são socialmente construídas e estão envolvidas com as relações de poder.



da pobreza dado a estratégia de focalização desta política pública. Os dados indicam que o eixo desta rota de inclusão que mais avançou foi segurança alimentar, com alcances significativos em termos de geração de renda para mais da metade das famílias envolvidas e que a maioria dos projetos produtivos desenvolvidos fortaleceram suas estratégias de sobrevivência tendo elevada capacidade de continuidade e sustentabilidade. Adicionalmente, estimulou-se a cidadania das famílias envolvidas e, pelo direcionamento prioritário da titularidade dos projetos, fortaleceu a mulher nas relações de gênero no ambiente rural.

3.2 PERCEPÇÃO DO PATER DADO PELA AVALIAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA

Do ponto de vista da avaliação realizada ao final do PATER é relevante destacar as contribuições oferecidas por intermédio da participação dos profissionais de apoio dos quatro escritórios administrativos e dos 17 municípios presentes ao seminário realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2015 em Caxias/MA. Tais contribuições ocorridas em ambiente institucional de apoio favorável apontaram dificuldades e aprendizado ocorrido durante dois anos e meio de execução. Tanto a entidade executora como seus profissionais neste momento encontravam-se em novo patamar, de maior complexidade, que impunha a necessidade de valorização da trajetória construída com as famílias envolvidas, na perspectiva de contribuir para a continuidade e qualificação da própria política pública.

Neste contexto, considera-se adequado apresentar a partir de dois quadros o aprendizado registrado neste evento. Tendo em conta o caráter descritivo desta avaliação, limitou-se para efeitos de apresentação à síntese de apenas dez linhas por quadro, o que de certa forma minimiza a riqueza do trabalho desenvolvido. Tal recorte foi elaborado a partir do conjunto de slides apresentados pelos técnicos dos quatro escritórios administrativo-operacionais, da entidade executora, que foram disponibilizados.

Quadro 1 - Principais dificuldades operacionais identificadas pela equipe municipal na execução do PATER de Caxias/MA

Dificuldade operacional identificada pelas equipes municipais
Resistência inicial dos gestores locais.
Isolamento social – dificuldade de acesso às propriedades.
Receio inicial das famílias em perder o BF.
Falta de motivação inicial das famílias.
Falta de experiência no desenvolvimento de projetos similares.
Burocracia – morosidade dos sistemas SIG@LIVRE e SIATER e excesso de coleta de assinaturas das famílias.
Falta de documentação de posse de terra.
Propriedades com áreas muito pequenas ou desfavoráveis ao desenvolvimento dos projetos produtivos.
Pagamento dos recursos do projeto produtivo em nome do titular da DAP.
Número excessivo de famílias por município com muitas atividades para serem desenvolvidas/ATER

Fonte: Adaptado de GRAPAS (2015, p. 40).

Neste sentido, o *Quadro 1* apresenta as principais dificuldades, indicando limites que decorrem da própria normatividade da política, como é o caso da excessiva burocracia e sistemas de controle utilizados que impactam o cotidiano operacional da ATER, absorvendo precioso tempo destes profissionais⁵. Tal questão associada a um cronograma operacional apertado que operou dois programas simultaneamente, a um número de famílias considerado elevado para a realidade de alguns municípios que, associado à dispersão geográfica destas famílias, gerou em muitos locais um ambiente de sobrecarga de trabalho, principalmente onde a equipe era pequena. Tal realidade deve ser considerada numa perspectiva de qualificação e expansão desta parceria proposta pelo PBSM.

Este conjunto de dificuldades, que foram narradas com apropriação por quem vivenciou a execução do PATER, nem sempre é adequadamente compreendido por quem está fora deste nível de envolvimento. Assim, de forma rápida, a partir da compreensão extraída durante o debate realizado, faz-se referência à alguns apontamentos, a começar pela resistência dos gestores locais, percebida no início da execução das atividades, decorria do desconhecimento do Programa e de seu propósito, o que gerava certo desconforto com um potencial sombreamento de responsabilidades das estruturas responsáveis pela mediação das políticas públicas dirigidas a este público. De acordo com GRAPAS (2015) esta questão foi compreendida e superada com o avançar do trabalho, dado a compreensão de que a ação de ATER proposta de forma inovadora por esta articulação de dois ministérios se mostrarem cada vez mais acertada e necessária na perspectiva de inclusão sócio produtiva proposta pelo Programa.

O medo de perder o BF, dado à intencionalidade do desenvolvimento dos projetos produtivos com objetivo de qualificar a produção de alimentos e a geração de renda, identificado também por outros pesquisadores que avaliaram as políticas públicas de transferência de renda, é facilmente compreendida principalmente naquelas situações de elevada vulnerabilidade social em que tais recursos são muitas vezes a única fonte de recursos da família.

⁵ Dados obtidos do relatório e da apresentação do seminário de avaliação final, realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2015, em Caxias/MA.

A pesada burocracia do Programa também pode ser facilmente compreendida quando se percebe a existência de dois sistemas informatizados de controle que não dialogam entre si e que exigem elevada carga horária de tempo profissional para dupla postagem de dados. A referência ao excesso de coleta de assinaturas diz mais que o tempo necessário à sua coleta em todas as ações realizadas para postagem no sistema. Diz respeito também a uma frágil relação inicial, a uma ação que em muitos casos pareceu humilhar aqueles que não eram alfabetizados ou possuíam precária alfabetização e à ampliação do conjunto de atividades previstas no PATER.

A última dificuldade encontrada, que parece requerer algum esclarecimento adicional, refere-se aqueles casos em que toda articulação do projeto produtivo foi desenvolvida a partir da mediação da mulher e o recurso saiu em nome do esposo ou companheiro em função do controle exercido pelo MDS, que cruzava dados do casal com a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP). Tal situação, que gerou desgaste significativo, decorreu de apontamentos de alguma inconformidade documental dos titulares da unidade de produção, “mas que foi sendo paulatinamente ajustada na sequência da liberação das parcelas do projeto produtivo, deixando esta sequela referida que merece ajuste numa expansão do PATER” (Entrevista com o Coordenador, 2017).

Quadro 2 - Principais aprendizados apontados pela equipe municipal na execução do PATER em Caxias/MA

Aprendizado apontado pelas equipes municipal
Conhecimento da desafiadora realidade deste “novo” público da Ater
Construção de uma nova percepção sobre a pobreza rural e suas causas estruturais
Adaptação do conhecimento técnico a realidade e expectativas das famílias
Melhorou a integração entre extensionistas e o conhecimento sobre direitos e políticas de proteção social.
Intersetorialidade e integração social – articulação entre vários setores locais (saúde, educação, assistência social)
Dirimiu-se preconceitos – o público nos surpreendeu e a muitos gestores locais.
Focalização da política em nome titular BF estimulou protagonismo de mulheres e jovens
Na socialização das famílias – direito de falar, de ser ouvida, de conhecer experiências.
Fez-se melhorias na produção, segurança alimentar e renda com muito pouco recurso
Reconhecimento e valorização do trabalho de ATER pelas famílias até então invisíveis

Fonte: Adaptado de GRAPAS (2015, p. 41).

Por sua vez, o *Quadro 2* apresenta a síntese descritiva do aprendizado recolhido pelos profissionais e entidade executora⁶. Percebe-se nesta narrativa a trajetória dos profissionais associada ao longo do desenvolvimento do PATER que vai do pouco conhecimento inicial da realidade, qualificação para compreendê-la, interação com as famílias e entidades locais para construção de respostas possíveis, reconhecimento da política em si pelos avanços alcançados e dos profissionais da Ater pelas famílias envolvidas. Tal síntese, não sem razão, reafirma em muitos aspectos a percepção dos profissionais apresentadas no sub item anterior do presente capítulo quanto ao conhecimento da realidade, adaptação de tecnologias sociais, integração entre membros da equipe multidisciplinar,

⁶ Dados obtidos do relatório e da apresentação do seminário de avaliação final, realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2015, em Caxias/MA.



superação de preconceitos, focalização do projeto em nome da titular do BF, ampliação de cidadania através da visibilidade e socialização das famílias e, alcance do programa em termos de produção, qualificação da segurança alimentar e renda.

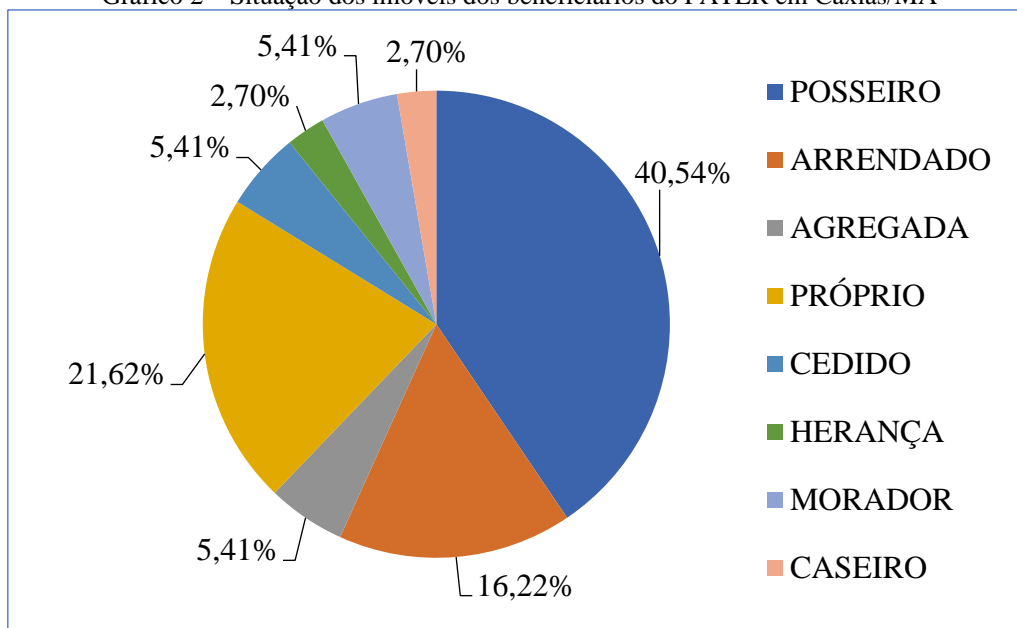
Ainda como elemento significativo que se obtém deste quadro síntese, cabe destacar dois aspectos. O primeiro refere-se ao processo de formação estruturado a partir da capacitação inicial desenvolvida pelo MDA/MDS, que aportou elementos chave para compreensão do fenômeno da pobreza. O segundo refere-se à qualificação das relações da ATER e a atuação de forma integrada com os distintos setores da municipalidade, aprofundando a compreensão sobre as demais políticas sociais e desenvolvendo ação em rede. Tal movimento, estimulado pela necessidade operacional de execução das ações do PATER, indicou um novo patamar para a ATER que passa a ser compreendida em seu trabalho planejado e continuado, como partícipe estratégica da rede que opera a política social local, associando à ação protetiva ações de promoção de oportunidades no meio rural, com vistas a superação da pobreza em suas múltiplas dimensões.

3.3 PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PATER

Para avaliar em que medida as melhorias identificadas por meio da narrativa e avaliação conduzida pelos executores, significaram efetivo movimento para superação da condição de extrema pobreza rural, é que se organiza a sequência desta pesquisa, buscando, a partir de um estudo de caso, ouvir diretamente a voz dos sujeitos sociais que participaram ativamente do PATER. Na sequência apresentam-se os dados coletados junto à amostra de 39 famílias de entrevistadas, bem como sua análise, cotejando-se com o aporte teórico considerado.

Com relação à percepção das famílias do impacto do PATER foram analisados os dados primários (a partir da pesquisa de campo) disponibilizada pela GRAPAS (2015), considerando uma amostragem de 39 famílias entrevistadas, cotejando-os com o debate pertinente ao objeto da presente pesquisa. Preliminarmente, é importante destacar que, do total de entrevistados, 50,94% são homens e 49,06% mulheres; 3,70% são brancos, 5,19 % negros e 91,11% pardos ou mulatos; 91,31 % dos entrevistados não chegaram a terminar o Ensino Médio e 25,36 % não completaram o Primário; 10,14 % são analfabetos, 7,97 % diz ter o colegial completo e apenas 0,72 % Ensino Superior incompleto. Ademais, como ilustram os dados do *Gráfico 2*, 75,65% dos agricultores familiares assistidos pelo PATER não detém a posse da terra, 40,54% estão na condição de posseiros e 5% na situação de imóveis cedidos.

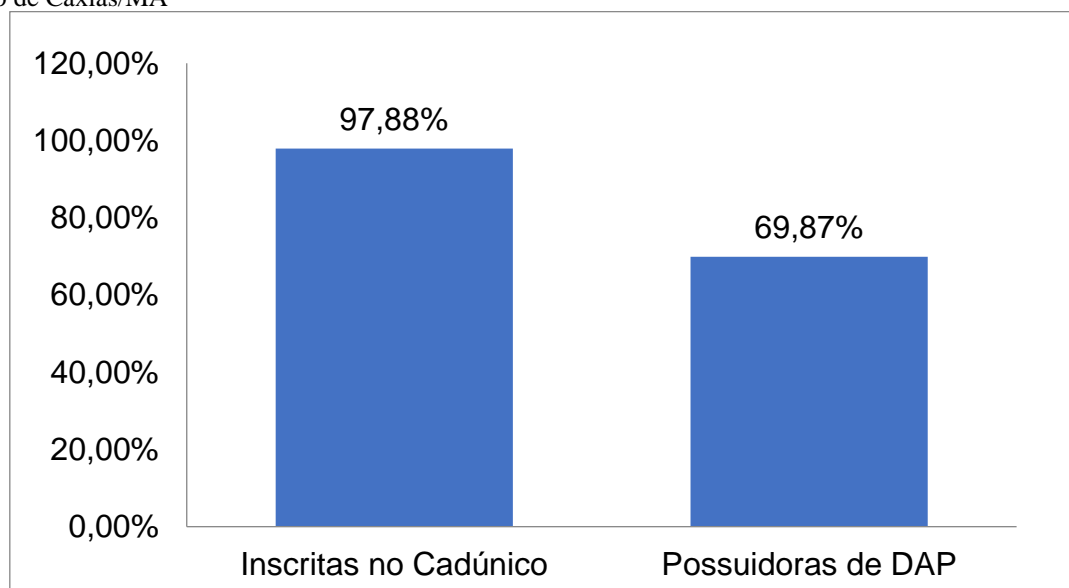
Gráfico 2 – Situação dos imóveis dos beneficiários do PATER em Caxias/MA



Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo GRAPAS (2015).

Um dos primeiros dados significativos identificados a partir do SIATER refere-se à condição inicial das famílias quanto a inscrição no CadÚnico e quanto a condição de possuidores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Conforme pode ser visto no *Gráfico 3*, 97,88% das famílias estavam inscritas no CadÚnico e 69,87% possuíam DAP. Como os pré-requisitos para acesso ao PATER era ter renda familiar *per capita* menor que setenta reais, estar credenciada no CadÚnico e comprovar sua condição de agricultor familiar dado pela posse da DAP, famílias com maior vulnerabilidade do meio rural não teriam sido incluídas no Programa, não fosse a estratégia de busca ativa que trouxe para o CadÚnico e para o Programa 300 novas famílias. Tal processo, além de incluir famílias que realmente estavam à margem da própria comunidade, também indicou a necessidade de atualização e qualificação cadastral. Nesta perspectiva, a indicação da necessidade de qualificação do controle social sobre a base de dados para acesso às políticas de transferência de renda pode ser considerada como um legado indireto do PATER.

Gráfico 3 - Condições das famílias quanto à inscrição no CadÚnico e posse de DAP no início da execução do PATER no Município de Caxias/MA



Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo GRAPAS (2015).

A segunda questão destacada da avaliação conduzida refere-se à participação dos membros da família nos projetos produtivos elaborados, que dá conta de que se buscou dinâmico envolvimento da UPF. Na *Tabela 4* é possível identificar em nome de quais membros das UPF os projetos foram elaborados, evidenciando-se novamente que a estratégia de liberar prioritariamente os recursos em nome do titular do BF, que geralmente é a mulher, permitiu que esta tivesse participação hegemônica nos projetos. Como se vê, 48,72% foram elaborados em nome da família, 17,95% em nome da mulher, 7,69% em nome do casal e 7,69% em nome da mulher e filho(a)s, sendo que apenas 17,95% dos projetos produtivos foram elaborados em nome do homem e filho(a)s.

Tabela 4 - Identificação dos membros da família em nome de quem o projeto produtivo do PATER foi elaborado

Membros da família	Participantes do projeto	
	(Nº)	(%)
Homem + Mulher + Filho(a)s	19	48,72
Mulher	7	17,95
Homem + Mulher	3	7,69
Mulher + Filho(a)s	3	7,69
Homem	6	15,38
Homem + Filho(a)s	1	2,56
Total	39	100,00

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo GRAPAS (2015).

Tal constatação vai ao encontro da percepção manifesta pelos profissionais executores de que a orientação do programa fortalece a mulher nas relações de gênero no ambiente rural, onde a cultura

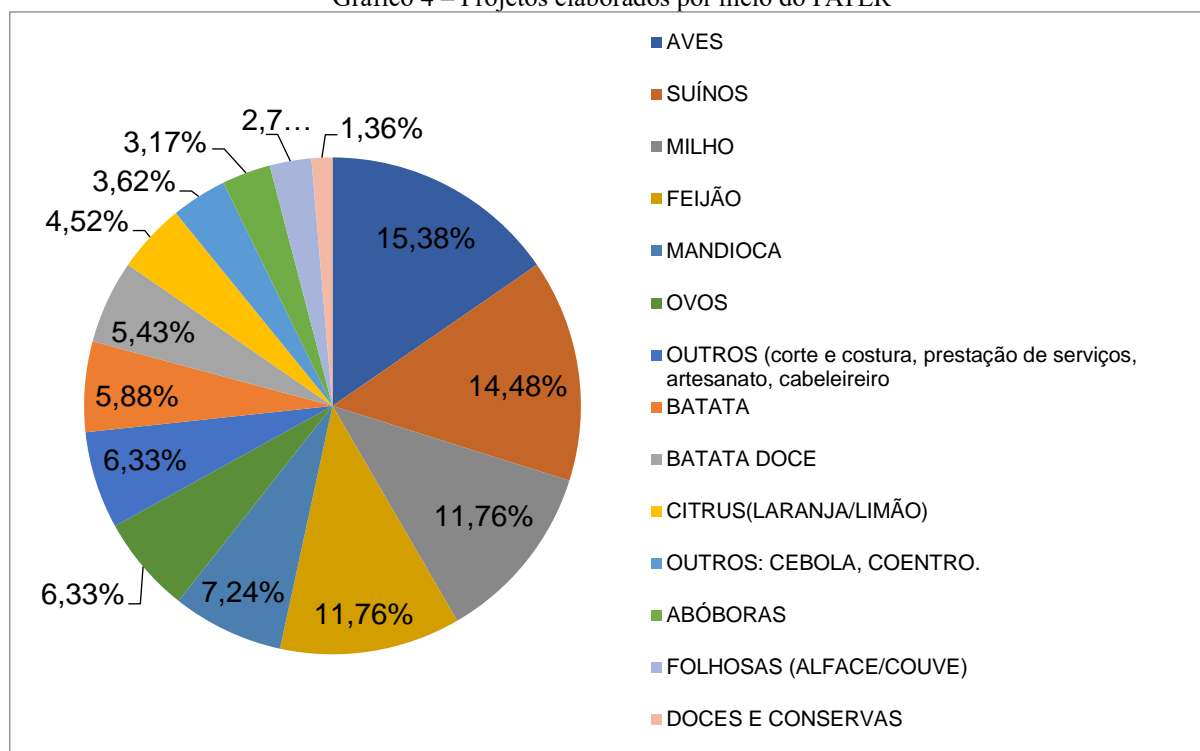


patriarcal impõe desequilíbrios reconhecidos pela sociologia. Nestes termos, Favero (2011) considera que as políticas de transferência de renda alteram a trajetória dos membros das famílias, no que se refere à infraestrutura e ao próprio modo de organização da casa e da vida dos agricultores familiares. Destaca o fato de que esta política evidencia o protagonismo da mulher, tornando-a mais participante, por meio da expansão de sua rede de relações que lhe dão maior visibilidade na esfera pública e privada.

Há que se considerar que ocorreu a liberação de recursos dos projetos produtivos também para significativo número de homens, na condição de viúvos, solteiros, detentores da guarda dos filhos que, nesta condição, eram titulares do BF. Em algumas circunstâncias, devido à falta de carteira de identidade, de certidão de pessoa física ou titularidade conjunta da esposa ou companheira na DAP, o sistema de segurança e cruzamento de dados do MDS também liberou recursos dos projetos produtivos em nome do homem. Neste último caso foi onde ocorreram as maiores dificuldades e ruídos, dado a sinalização inicial de que os recursos dos projetos produtivos seriam liberados em nome da mulher. Esta situação de frustração de expectativa, sempre que legalmente possível frente ao órgão de controle, foi corrigida pelo MDS quando da liberação da segunda parcela do projeto produtivo.

A diversidade dos projetos elaborados é grande, sendo que, em muitos casos, mesmo considerando a restrição do valor, eles compõem-se por duas e até três atividades por UPF. No *Gráfico 4*, que apresenta o perfil dos projetos produtivos elaborados com as famílias de Caxias/MA, é possível perceber esta diversidade que alcança 14 atividades agrícolas e não agrícolas distintas apenas nesta região, com destaque para avicultura, suinocultura, milho e feijão que representam mais de 53,38% do conjunto dos projetos. Estes dados reforçam a percepção de que o domínio de processos de multiplicação de espécies vegetais e da reprodução de animais de pequeno porte são estratégias comuns de resistência destas famílias, quer seja como fonte alimentar ou de geração de renda a partir da comercialização de pequenos excedentes. Aqui se reafirma novamente a percepção de que o domínio de processos de multiplicação de espécies vegetais e da reprodução de animais de pequeno porte, são estratégias comuns de resistência destas famílias, quer seja como fonte alimentar ou de geração de renda a partir da comercialização de pequenos excedentes.

Gráfico 4 – Projetos elaborados por meio do PATER



Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo GRAPAS (2015).

A reflexão realizada por Wagner (2010, p. 88) auxilia na compreensão da complexa e dinâmica relação das famílias com o ambiente circundante que resulta das interações/intervenções entre homem e natureza. Para esta autora “os tipos de agricultura que se estabelecem, bem como os sistemas produtivos que se implementam, assumem formas diferenciadas no tempo e no espaço e são resultantes de sua própria história”. Assim, para conhecer os objetivos estabelecidos por estas famílias, requer conhecer, estabelecer relações com o passado.

As possibilidades, assim como as restrições e os desafios dos sistemas de cultivo e criações desenvolvidos em determinada região, não são relacionadas apenas a condicionantes físicos e climáticos, mas principalmente, à lógica de reprodução implementada pelo núcleo familiar. A compreensão da família como centro de organização do sistema produtivo adquire significativa importância na medida em que se estreitam as relações entre a dinâmica agrária e o processo de desenvolvimento local e regional. Portanto, a produção e a consequente geração de renda estão associadas a características culturais de determinado grupo e às condições ambientais do espaço onde ele vive, trabalha e se reproduz. Perceber que a cultura e a história dos grupos sociais estão relacionadas a uma valorização dos saberes locais e tradicionais é imprescindível para a compreensão da forma de organização do sistema produtivo implementado (WAGNER, 2010, P. 88-89).

Quanto ao questionamento sobre quantas famílias passaram a desenvolver alguma atividade não agrícola, a partir do envolvimento com o PATER, um número relativo respondeu afirmativamente. Como ilustram os dados do Gráfico 4, as atividades não agrícolas com potencialidade de geração de renda, como corte e costura, prestação de serviços, artesanato, cabeleireiro e agroindústria, representam 7,24% dos projetos elaborados.

Esta dimensão alcançada vai ao encontro do alerta realizado por Schneider (2003), de que a pluriatividade rural necessita, para se expressar, de um ambiente dinâmico que permita combinar atividades agrícolas e não-agrícolas, e que em ambientes sem esta potencialidade, as expressões das atividades não agrícolas serão pouco significativas. Por ambiente dinâmico se compreende centros econômicos expressivos, com empreendimentos que garantam regular oferta de espaços de trabalho, que permita no seu entorno constituir-se um corolário de atividades e serviços diretos e complementares, exatamente a condição ausente na maioria dos pequenos municípios rurais. Aquilo que Silva (2010) chamou de núcleo duro da extrema pobreza, particularmente referindo-se aos grotões do nordeste brasileiro.

Gazolla e Schneider (2007) ponderam que a produção para autoconsumo permite que as famílias adquiram maior autonomia frente ao contexto socioeconômico circundante, reduzindo dependência de produtos que sofrem flutuações de preços, garantindo, assim, por intermédio da produção obtida pelo próprio agricultor e sua família, as principais dimensões da segurança alimentar ⁷. Neste contexto é que, conforme ilustram os dados da *Tabela 5*, das 39 famílias que compõe o recorte amostral da presente avaliação, 27, ou seja, 69,23% declararam produzir alimentos para consumo doméstico e 12, ou seja, 30,77 % realizaram algum tipo de comercialização. Tais informações espelham limites e potencialidades enfrentados pelos projetos produtivos desenvolvidos restritos muitas vezes as possibilidades de mercado circunvizinho, exiguidade de área de terra e mão de obra disponível e a própria mobilidade das famílias que, em sua dinâmica, buscam em muitos casos relações societárias de acesso à terra e a produção mais satisfatórias ao final das safras.

Tabela 5 – Destino da produção dos beneficiários do PATER

Destino da produção	Participantes do projeto		
	(Nº)	(%)	
Consumo doméstico	27	69,23	
Comercialização	12	30,77	
Total	39	100,00	

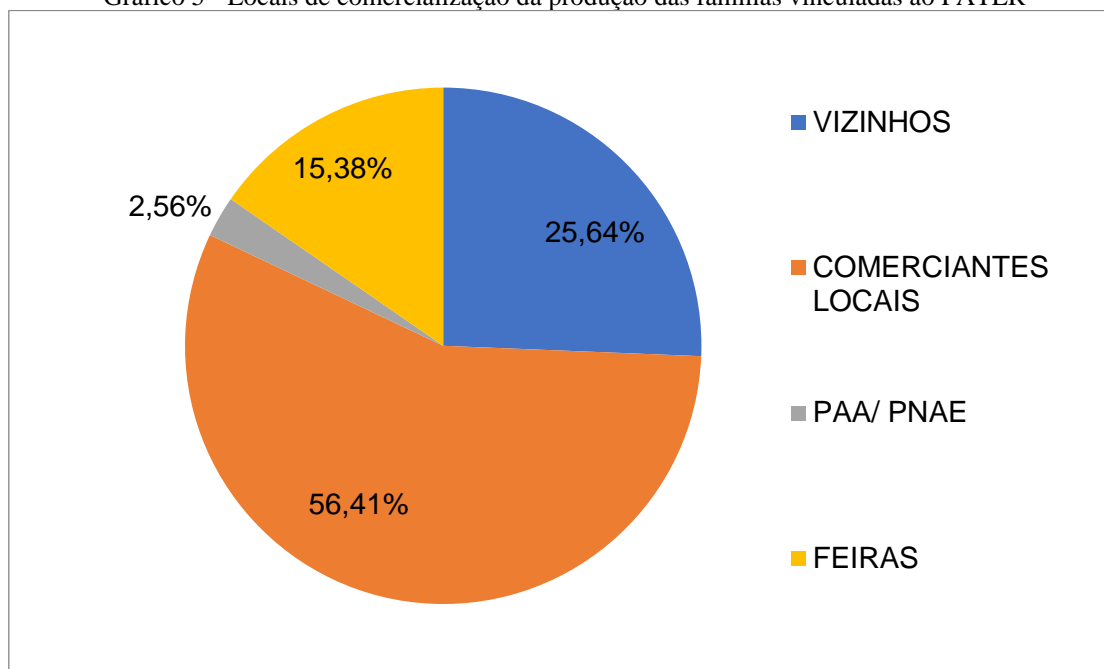
Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo GRAPAS (2015).

Os dados do *Gráfico 5* identificam os locais de comercialização da produção das famílias vinculadas ao PATER. O principal canal de comercialização para 56,41% das famílias são os comerciantes locais, seguido dos vizinhos, onde 25,64% das famílias informam comercializar partes

⁷De acordo com o Art. 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p.1).

de sua produção. A comercialização em feiras foi realizada por 15,38 % das famílias e para PAA ou PNAE, por 2,56% das famílias da amostra. Mais de um quarto destas famílias declararam comercializar com mais de uma fonte. Esta estatística evidencia as dificuldades de organização e de articulação de logística destas famílias que, como regra, localizam-se na ponta das comunidades mais distantes dos municípios; a necessidade de fortalecimento das redes associativistas e cooperativistas e de conexão como o acesso aos mercados institucionais.

Gráfico 5 - Locais de comercialização da produção das famílias vinculadas ao PATER



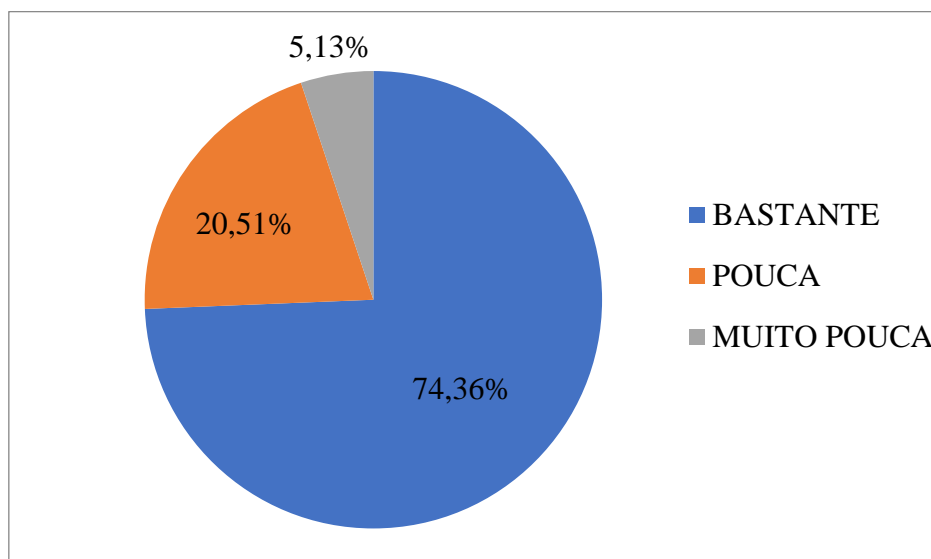
Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa de campo GRAPAS (2015).

Outro aspecto relevante do PATER diz respeito à atuação dos profissionais da ATER, diante da realidade de vulnerabilidade social encontrada. Para Schröder e Camboim (2015), ela avançou para além dos aspectos produtivos, assumindo papéis de mediação com vistas a incluir estas famílias noutras políticas sociais, constituindo-se parcerias estratégicas com agentes locais para além daqueles que compõe o “universo produtivo”. As autoras destacam que esta dimensão percebida foi maior quando associada a composição de equipes multidisciplinares e a metodologias de trabalho não centradas exclusivamente em enfoques produtivistas.

A atuação da extensão rural tendeu a alimentar um processo generalizado de circulação de informação e a ampliar, conseqüentemente, o horizonte de possibilidades da família, que, recorrentemente, desconheciam a existência de várias ações governamentais das quais poderiam se beneficiar para superar sua condição de pobreza. (SCHRÖDER; CAMBOIM, 2015, p. 13).

Neste sentido, os dados do *Gráfico 6* ilustram a dimensão quanto às melhorias ocorridas na qualidade de vida dos participantes do PATER. Como se vê, 74,36 % das famílias indicaram que as melhorias foram bastante; 20,51% que foram poucas e 5,13% que foram muito poucas.

Gráfico 6 – Dimensão das melhorias ocorridas segunda indicação das famílias participantes do PATER no território dos Cocais/MA



Fonte: Do autor (2017).

Interpretar a leitura que as famílias fazem de sua realidade não se constitui em tarefa fácil. Os percentuais alcançados são significativos, são muitos ou são poucos para o recorte operacional considerado de dois anos e meio? O realismo das famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, muitas vezes não permite que se faça um recorte analítico das ações pontuais desenvolvidas por um determinado programa, frente à dimensão maior de carências vivenciada. Tendo em mente esta ponderação, a resposta a indagação quanto às melhorias ocorridas na qualidade de vida dos participantes do PATER pode ser dada como muito significativa, alta para o recorte de tempo considerado, já que mais de dois terços das famílias consideraram como “bastante” as melhorias ocorridas no período.

Em sequência à questão anterior, as famílias indicaram em que áreas ocorreram às melhorias percebidas. Os dados da *Tabela 6* evidenciam que para 87,17% das famílias ocorreram melhorias na alimentação, para 74,35% houve melhoria na renda, para 33,33% na saúde e para 28,20% na educação. Para 15,38% teria havido também uma melhoria perceptível no relacionamento familiar e para 28,20% no relacionamento com outras pessoas. Infere-se que a melhoria na saúde identificada se relaciona com o conjunto de eventos de capacitação e troca de experiências, promovida pela entidade com o poder público municipal, decorrente da apropriação e adoção por estas famílias de fundamentos de nutrição, prevenção e de saneamento básico. Quanto à melhoria no desempenho educacional é importante perceber que estas famílias já vinham cumprindo as condicionalidades de frequência estabelecidas para crianças e jovens em idade escolar. Possivelmente, o PATER estimulou estas famílias a uma maior atenção com este requisito, o que explicaria esta melhoria em mais de um quarto das famílias.



Tabela 6 - Melhorias e ampliação da participação indicada pelas famílias ao longo do PATER, comparativamente há dois anos e meio

Melhorias	Nº UPF	% UPF	Participação	NºUPF	% UPF
Na alimentação	34	87,17	Grupo	7	17,94
Na renda	29	74,35	Associação	2	5,12
Na saúde	13	33,33	Sindicato	11	28,20
Na educação	11	28,20	Comunidade	4	10,25
No relacionamento com outras pessoas	11	28,20	Igreja	4	10,25
No relacionamento familiar	6	15,38			

Fonte: Do autor (2017).

Ao questionamento sobre a participação de algum membro da família em organizações, comparativamente há dois anos e meio antes, indicou-se significativo aumento na participação a grupos (17,94%), sendo que 20,50% das famílias entrevistadas indicaram ampliação na participação da comunidade e na igreja. Os dados da *Tabela 6* mostram também que 28,20% indicaram ampliação da participação em estruturas sindicais. O movimento de ampliação da participação verificada neste período reafirma de certa forma a força e os limites destas estruturas indicadas no diagnóstico inicial realizado com estas famílias, explicitando a baixa presença em estruturas de representação e cooperativa, possivelmente devido ao custo mensal/anual de acesso.

Helfand e Pereira (2012) ao trabalharem os determinantes da pobreza rural e suas implicações para as políticas públicas no Brasil, destacam como um dos obstáculos para o sucesso do pequeno produtor, os custos de transação e participação no mercado, ponderando que estes custos tendem a ser mais altos em razão do tamanho de suas operações, de sua dispersão geográfica e da disponibilidade limitada de garantias, entre outros, quando comparados aos estabelecimentos de maior porte. Indicam que tais custos aumentam a “probabilidade de se observar uma agricultura de subsistência de baixa produtividade” e que a ação coletiva, seja através de cooperativas, associações ou organizações locais, constituem-se em estratégias para alcançar maior escala, reduzir custos, e elevar o poder de negociação.

A avaliação do grau de satisfação das famílias em participar do projeto indicou que 53,85% declararam-se muito satisfeitas, 43,59% declararam-se satisfeitas e 2,56% declararam-se pouco satisfeitas, como pode ser verificado na *Tabela 7*. Respostas similares foram dadas pelas famílias sobre sua autoconfiança, onde 56,41% indicaram que aumentou bastante, 41,03% que aumentou um pouco e 2,56% que ficou igual.

Tabela 7 - Grau de satisfação em participar do PATER e nível de autoconfiança das famílias ao final da execução

Grau de satisfação	Nº UPF	% UPF	Nível de autoconfiança	NºUPF	% UPF
Muito satisfeita	21	53,85	Aumentou bastante	22	56,41
Satisfeita	17	43,59	Aumentou um pouco	16	41,03
Pouco satisfeita	1	2,56	Ficou igual	1	2,56
Nada satisfeita	0	0	Diminuiu	0	0
Total	39	100	Total	39	100

Fonte: Do autor (2017).

Ao se considerar os dados da *Tabela 6*, que indicam ter ocorrido ampliação da sociabilidade por meio da melhoria do relacionamento interno de 15,38% das famílias e no relacionamento com outras pessoas para 28,20% das famílias, além de melhorias da renda e segurança alimentar, com os dados de satisfação apresentados na *Tabela 7*, em que os dados agregados indicam que 97,44% das famílias se mostram satisfeitas, percebe-se a dimensão do trabalho desenvolvido ao longo de apenas dois anos e meio. Tomando-se como base estes indicadores, pode-se perfeitamente concluir que esta Política Pública produziu resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais destas famílias, incidindo sobre a perspectiva de cidadania, tarefa essa considerada difícil, por esbarrar na perversa herança de uma pobreza persistente e naturalizada, em uma sociedade desigual. Estes indicadores de ampliação de autonomia e protagonismos sinalizam para a importância desta caminhada, do aprofundamento da organização e das práticas de resistência destas famílias na busca do avanço das políticas públicas que se aproximem, resolutivamente, das causas estruturais geradoras da exclusão social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PATER teve um impacto significativo na segurança alimentar, com melhorias notáveis na alimentação das famílias. Mais da metade das famílias envolvidas relataram aumento na renda, principalmente através da produção de pequenos animais, milho, e feijão. Cerca de 31% das famílias comercializam parte de sua produção, fortalecendo laços econômicos e sociais na comunidade. A maioria dos projetos produtivos desenvolvidos demonstrou alta capacidade de continuidade e sustentabilidade.

A titularidade dos projetos produtivos foi frequentemente atribuída às mulheres, fortalecendo sua posição nas relações de gênero e aumentando sua participação em redes sociais. A cidadania das famílias foi ampliada, com 97,44% expressando satisfação com o programa. A maioria das famílias indicou melhorias na saúde, relacionamentos familiares e sociais, e na qualidade de vida geral.

Apesar dos avanços, a integração com outras políticas públicas municipais foi limitada, indicando a necessidade de maior engajamento do poder local. A falta de continuidade do programa



após a primeira fase representa um desafio, com risco de reversão dos ganhos obtidos. A ausência de novas chamadas públicas desde o golpe de Estado de 2016 compromete a manutenção dos serviços de ATER.

A continuidade do PATER é crucial para sustentar os avanços alcançados. A falta de financiamento e de novas chamadas públicas afeta a capacidade dos extensionistas de continuar atendendo as famílias, muitas das quais podem retornar à condição de vulnerabilidade. A integração com políticas de regularização fundiária, reforma agrária, crédito fundiário e PRONAF B, bem como com ministérios de saúde, habitação, educação e agricultura, é essencial para promover a sustentabilidade dos projetos.

É necessário ampliar a participação social, envolvendo a comunidade na gestão e controle das políticas. Ações que incentivem os poderes públicos municipais a assumirem um engajamento mais propositivo na busca de estratégias de superação dos bloqueios locais são essenciais.

Incentivar ações municipais mais proativas para superar bloqueios locais e facilitar a integração de políticas é crucial. A articulação interinstitucional, conectando o PATER com outras iniciativas governamentais, é fundamental para o sucesso contínuo do programa.

A conjuntura social, política e econômica brasileira, marcada por retrações e influências neoliberais, representa um desafio para a continuidade das políticas de combate à pobreza. A gestão da pobreza é frequentemente assistencialista, e a falta de dinamização econômica limita a aplicabilidade de soluções padrão. A dependência das ações das outras esferas de governo é evidente, e a crise fiscal das prefeituras regionais limita a ação local.

O PATER demonstrou eficácia na redução da extrema pobreza rural em Caxias/MA, melhorando a segurança alimentar, gerando renda e ampliando a cidadania. No entanto, a continuidade e aprofundamento do programa são essenciais para sustentar os avanços alcançados. A integração com políticas municipais e a ampliação da participação social são cruciais para o sucesso contínuo do PATER. A pesquisa sugere a importância de compreender as causas do afastamento mútuo entre as famílias e os movimentos sociais do campo, bem como a perspectiva dos jovens que vivem nesta realidade face aos limites percebidos à sua estratégia de reprodução social.



REFERÊNCIAS

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012.

BRAGA, E. M. A questão do Gênero e da sexualidade na educação. In: RODRIGUES, E.; ROSIN, S. M. (Org.). *Infância e práticas educativas*. Maringá, PR. EDUEM, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 18 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017.

FAVERO, C. A. Políticas Públicas e Reestruturação de Redes de Sociabilidades na Agricultura Familiar. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 63, 2011, p. 609-626.

GRAPAS - GR Assessoria e Planejamento de Projetos Agropecuários. *ATER Cidadã: Promoção da Cidadania dos Agricultores Familiares em Situação de Extrema Pobreza no Território dos Cocais – Maranhão*. Caxias: GRAPAS, 2015.

_____. *ATER Cidadã: Promoção da Cidadania dos Agricultores Familiares em Situação de Extrema Pobreza no Território dos Cocais – Maranhão*. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Caxias, dez. 2015. (Diapositivos).

_____. Relatório preliminar de avaliação da primeira etapa de execução do Programa De Assistência Técnica E Extensão Rural. Caxias, 2013.

HELFAND, S.; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio [et. al.]. *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília: IICA, 2012. p. 121-160. (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 16).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_sintese.shtm>. Acesso em: 14 de abr. 2017.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*. Brasília: IBGE, 2010.

_____. *Censo 2010*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. *Mapas interativos*. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/interativos.html>. Acesso em 25 mar 2017.

_____. *Censo Agropecuário: agricultura familiar primeiros resultados*. IBGE: Rio de Janeiro, 2006, p. 1-267. (Versão digital).

_____. *IBGE. Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar. Primeiros Resultados*. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MDA; MPOG, 2006.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes 1997.



MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. Plano Brasil Sem Miséria – Caderno de Resultados 2011/2014. Brasília, novembro de 2014.

RAHNEMA, M. La pauvreté. In: Encyclopédie L’Agora. Québec: Orford, 2003. Disponível em: <http://agora.qc.ca/documents/Pauvrete--La_pauvrete_par_Majid_Rahnema#approche_alternative>. Acesso em: 30 ago. 2017.

REGO, W. L.; PINZANI, A. Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHRÖDER, M.; CAMBOIM, I. L. Combate à pobreza e políticas públicas: inovação institucional no desenho e nos processos que sustentam o fomento produtivo a agricultores familiares pobres. Brasília, 2015. In: MELLO, Janine (Org.). A inclusão produtiva rural no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 23, 2015. p. 87-103

SILVA, J. G. Fome zero: A experiência Brasileira. Brasília: MDA, 2010.

WAGNER, S. A. Processos históricos e culturais a serem observados no estudo e na caracterização de uma unidade produtiva a partir da abordagem sistêmica. In: WAGNER, S. A et al (Org.). Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola. Porto Alegre: UFRGS, 2010.